



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM ÊNFASE
EM ESPAÇOS EDUCADORES SUSTENTÁVEIS**

**A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ÊNFASE NA GESTÃO TERRITORIAL:
UM ESTUDO DE CASO DE UMA ESCOLA LINDEIRA AO PARQUE NACIONAL DO
IGUAÇU**

SUEDJA RAIANNY NUNES DA SILVA ABREU

Foz do Iguaçu
2017



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM ÊNFASE
EM ESPAÇOS EDUCADORES SUSTENTÁVEIS**

**A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ÊNFASE NA GESTÃO TERRITORIAL:
UM ESTUDO DE CASO DE UMA ESCOLA LINDEIRA AO PARQUE NACIONAL DO
IGUAÇU**

SUEDJA RAIANNY NUNES DA SILVA ABREU

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de especialista em Educação Ambiental, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal da Integração Latino-americana.

Orientador: Prof. Dr^a Marcela Stuker Kropf
Coorientador: Mariele Borro Mucciatto Xavier

Foz do Iguaçu
2017

Dedico este trabalho a todos que fizeram parte dos meus processos de aprendizagem como meu esposo, meus pais, minha irmã e demais parentes, professores e amigos companheiros da jornada do “aprender”.

AGRADECIMENTO

Em primeiro lugar agradeço a Deus, meu primeiro grande educador. Sem o grande amor dEle, eu nada faria. Creio que dEle, por Ele e para Ele são todas as coisas. Agradeço ao meu esposo por todo suporte, dedicação e conselho que me foram dados. Sua companhia e seu incentivo são inexplicáveis.

Aos meus pais que me deram um lar tão cheio de aprendizados maravilhosos e por se fazerem uma referência para minha vida. Vocês são incríveis!

A todos os meus educadores, desde a infância até o presente momento. Suas contribuições têm um valor inestimável para mim. Procuro fazer valer a pena todo momento de dedicação e perseverança de vocês.

A minhas orientadoras e minha parceira de projeto Karini Scarpari. A construção da nossa amizade e envolvimento com questões educacionais e ambientais foram inestimáveis e fizeram parte de um processo de aprendizado pessoal e marcaram minha vida.

Aos meus colegas de curso que tornaram dessa Pós-graduação um período tão único e enriquecedor pelas amizades construídas, pelos *insights* provocados, pelos diálogos acolhedores, pela alegria e saberes compartilhados.

Aos educandos, educadores e demais colaboradores que se disponibilizaram para que o projeto desse trabalho fosse realizado.

Por fim, agradeço aos professores da banca pelas orientações tão valiosas e pertinentes.

*Fale com sabedoria e ensine com amor.
(Bíblia Sagrada, Provérbios 31.26)*

RESUMO

A percepção das relações socioambientais é um fator primordial para uma gestão do território que priorize a mediação dos conflitos inerentes às tensões entre sociedade e natureza. A partir dessa perspectiva, a prática da Educação Ambiental inserida no ambiente escolar é uma proposta fundamental, que tem como objetivo formar cidadãos críticos a respeito do atual modelo de sociedade. Assim, na primeira parte desse trabalho é apresentada a intervenção na Escola Estadual do Campo Dom Pedro II, em São Miguel do Iguçu/PR, com o objetivo de estimular os alunos do 6º e 7º anos a desencadear reflexões sobre a proposta do Espaço Educador Sustentável. Em cinco encontros foram vivenciadas atividades voltadas para o reconhecimento do contexto local, para a reflexão sobre as relações socioambientais e para a articulação social por meio da criação da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola. Dessa forma, identificou-se a potencialidade dos atores envolvidos no ambiente escolar para a gestão do território. Na segunda parte, o foco foi a reflexão sobre as experiências vividas no processo de formação do curso de Especialização em Educação Ambiental, apresentada por meio de um memorial contendo *insights* e relatos de atividades, resultantes de construções coletivas e individuais. Ao final, é apresentada uma abordagem que enfatiza a importância do papel da Educação Ambiental crítica na construção de saberes e na reflexão sobre o sentimento de pertencimento do indivíduo, impulsionando os atores sociais a atuar no desenvolvimento de uma sociedade mais sustentável, mais justa, com equidade social e ambiental. Portanto, conclui-se que a crise ambiental atual é um momento para pensarmos sobre práticas educacionais, as relações socioambientais, a gestão participativa do território, considerando principalmente as áreas limdeiras das Unidades de Conservação.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Ambiente Escolar. Atores Sociais. Espaços Educadores Sustentáveis. Gestão Territorial.

ABSTRACT

The perception of socio-environmental relations is a primordial factor for a territory management that prioritizes the mediation of conflicts inherent to the tensions between society and nature. From this perspective, the practice of Environmental Education inserted in the school environment is a fundamental proposal, with aim of to form critical citizens about the current model of society. Thus, in the first part of this work is presented the intervention in the State School of Campo Dom Pedro II, in São Miguel do Iguçu/PR, with the objective of encourage the students of the 6th and 7th years to trigger reflections about the proposal of the Sustainable Educator Space. In five meetings were experienced activities aimed at the recognition of the local context, reflection on social and environmental relations and social articulation through the creation of the Commission on Environment and Quality of Life at School. That way, the potential of the actors involved in the school environment for managing the territory was identified. In the second part, the focus was the reflection about the experiences lived in the formation process of the Specialization Course in Environmental Education, presented through a memorial containing insights and reports of activities, resulting from collective and individual constructions. At the end, an approach is presented that emphasizes the importance of the role of critical Environmental Education in the construction of knowledge and the reflection on the feeling of belonging of the individual, driving social actors to act in the development of a more sustainable society, more just, with social and environmental equity. Therefore, it is concluded that the current environmental crisis is a time to think about educational practices, socio-environmental relations, participatory management of the territory, considering mainly the areas around of the Conservation Units.

Key words: Environmental Education. School environment. Social Actors. Sustainable Educational Spaces. Territorial Management.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. DESENVOLVIMENTO	11
2.1. DESENVOLVIMENTO DE PROJETO COLETIVO - ESPAÇO EDUCADOR SUSTENTÁVEL COMO ESTRATÉGIA PARA GESTÃO DO TERRITÓRIO	11
Resumo	11
Abstract	12
Introdução	12
Metodologia	18
Análise de Dados e Discussão	22
Considerações Finais	28
Referências	29
2.2. MEMORIAL - “NADA MELHOR QUE UM (RE)COMEÇO...”	32
Educadora Ambiental, Eu?	33
(Re)Descoberta: A Experiência Do Projeto	35
Caminhando Adiante	36
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	38

1. INTRODUÇÃO

É imprescindível a necessidade de refletir sobre as relações socioambientais que envolvem sujeitos e o meio natural, através de articulações sociais, do compartilhamento de práticas, da construção de uma cidadania sustentável e demais fatores que ajudam o indivíduo a observar sua atuação no seu contexto. Diante da crise civilizatória característica da Modernidade Avançada, a Educação Ambiental, na condição de nova proposta educacional, se baseia em práticas que se contrapõem ao uso indevido do meio natural. Daí caracterizar-se pela interdisciplinaridade, pelo pensamento complexo e pela ética da sustentabilidade (LEFF, 2001).

A formação de educadores ambientais é processo complexo que envolve a construção de habilidades, conhecimentos, atitudes e valores próprios à transformação paradigmática proposta pela Educação Ambiental (EA), a qual constitui-se simultaneamente em paradigma educacional inovador e propositora de novo paradigma civilizatório, tal como fundamentado nos documentos históricos de nascimento e institucionalização da EA: a Declaração de Tbilisi (1977), o Tratado de EA para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (1992) e na Lei Nacional 9795/99 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

Nesse sentido, uma formação que proporcione coerência entre teoria e prática busca ter uma perspectiva crítica, transformadora e emancipatória (GUIMARÃES, 2004; LOUREIRO, 2004; CARVALHO, 2005; LAYRARGUES, 2011), capaz de exercitar vivencialmente os pilares fundamentais da EA. Em outras palavras:

“Crítica, pois tem como ponto fundamental a crítica ao modelo hegemônico, fonte das contradições que geram os conflitos socioambientais. Transformadora, pois ao criticar a realidade na perspectiva dos conflitos, ela busca transformá-la. Emancipatória porque acredita que ao longo do processo que busca a transformação da realidade, nós nos emancipamos enquanto seres humanos, indo além do caminho único, estabelecido pelo paradigma dominante” (JABER, 2014, p.25).

A EA tem por função contribuir para a transformação da sociedade, formando cidadãos com uma consciência crítica, autônomos, solidários e cientes do mundo em que vivem (MACHADO, 2011). Trata-se de nova maneira de pensar os espaços educadores, considerando que ocorrerão mudanças em sua organização, em seus conteúdos e mesmo nas relações entre as pessoas, coerentes com uma educação valorizadora da

construção de uma sociedade justa, solidária e fraterna (COPELLO, 2006, in MACHADO, 2011).

A conservação da biodiversidade é um dos pontos indispensáveis para a sustentabilidade devido a sua interferência no equilíbrio dos ecossistemas que, por sua vez, influencia diretamente na manutenção da vida no planeta e em todas as esferas da sociedade.

As unidades de conservação são consideradas espaços que priorizam a existência e a diversidade biológica, estimulando a reflexão sobre o valor do meio natural por meio de ações educativas, do contato direto com o ambiente natural, como também, promovendo o diálogo sobre questões políticas e conflitos no seu entorno.

No Brasil, a gestão ambiental das Unidades de Conservação atualmente é feita por meio do ICMBIO (Instituto Chico Mendes de Conservação). Quintas (2006), define Gestão ambiental como:

“(...) o processo de mediação de interesses e conflitos (potenciais ou explícitos) entre atores sociais que agem sobre os meios físico-natural e construído, objetivando garantir o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme determina a Constituição Federal” (QUINTAS, 2006; p. 30).

Na esfera ambiental brasileira é possível ressaltar o papel dos conselhos gestores de Unidades de Conservação e sua função de atuar na promoção da articulação social e no incentivo à gestão participativa, determinado pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), visto internacionalmente como um modelo de gestão participativa de áreas protegidas.

Para Gohn (2009), participação é uma das palavras mais usadas no vocabulário político, científico e popular da modernidade. Isso porque, muito recentemente os Conselhos Gestores passaram a ser uma referência em termos de políticas públicas, convertendo-se em espaços destinados a negociação de conflitos. A ideia fundamental desses espaços é promover a articulação tanto de representantes da população como de membros do poder público estatal, para decidirem sobre práticas que dizem respeito à gestão dos bens públicos.

Refletindo sobre isso, o objetivo do projeto em análise foi contribuir para a mobilização de grupos que circundam Unidades de Conservação em prol da manutenção da diversidade ambiental, como também histórico-cultural. O artigo discutirá a aproximação entre áreas protegidas e grupos sociais circundantes junto aos alunos da

Escola do Campo Dom Pedro II, que está localizada no município de São Miguel do Iguaçu, na comunidade de São Jorge, a qual faz fronteira com o Parque Nacional do Iguaçu.

O trabalho foi organizado em bases qualitativas, as quais possuem vantagens como “capturar os diferentes significados das experiências vividas no ambiente escolar de modo a auxiliar a compreensão das relações entre os indivíduos, seu contexto e suas ações” (ANDRÉ, 1983, p. 66).

Este artigo deriva de um projeto coletivo realizado no âmbito de um curso para formação de educadores ambientais numa parceria entre UNILA e o programa COMFOR/MEC, executado entre setembro/2015 e junho/2016.

A pesquisa-formação mostrou-se caminho metodológico adequado para viabilizar a reflexão dos educadores ambientais em formação sobre os processos que os formam enquanto tais, possibilitando, com isso, influenciar práticas para uma EA transformadora, cooperando num projeto coletivo. Por este motivo, constituiu-se como exercício do presente curso de especialização, ora em conclusão, elaborar um Trabalho de Conclusão de Curso dividido em duas partes complementares: I) a realização de um projeto coletivo de intervenção comunitária com foco educativo-ambiental; II) a redação de um memorial auto-avaliativo equivalente ao próprio desenvolvimento enquanto educador ambiental durante o curso.

Essas reflexões e práticas foram orientadas pelos conceitos de Professor Reflexivo (Donald Schön); História de Vida, auto-observação e relatos vivenciais grafados (Antonio Nóvoa) ou diários de campo (Marcos Sorrentino); Interdisciplinaridade e memória (Ivani Fazenda); Sujeito Ecológico (Isabel Carvalho); Complexidade (Morin); todos estes utilizados no tocante à elaboração do memorial analítico. Por outro lado, Trabalho coletivo (Alvarado-Prada); Pedagogia da Autonomia (Paulo Freire); Sujeito Ecológico (Isabel Carvalho); Participação (Juan Diaz Bordenave); Competências (Perrenoud); Racionalidade Ambiental (Enrique Leff); Espaços Educadores Sustentáveis (Trajber & Sato); foram conceitos fundamentais para a concretização do projeto coletivo.

Os principais resultados são apresentados na sequência, em dois tópicos conforme apontado, um sobre o projeto coletivo, e outro, intitulado memorial, que contempla a autoanálise quanto à formação enquanto educadora ambiental e sujeito ecológico.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. DESENVOLVIMENTO DE PROJETO COLETIVO - ESPAÇO EDUCADOR SUSTENTÁVEL COMO ESTRATÉGIA PARA GESTÃO DO TERRITÓRIO

Nesta seção será apresentado o projeto coletivo realizado durante o curso. A sua exposição segue o formato de artigo científico, pois espera-se fazer a publicação em revista e/ou evento científico na área de Educação Ambiental.

Karini Aparecida Scarpari¹
Suedja Raianny Nunes da Silva Abreu²

Resumo

A compreensão das relações socioambientais é central para uma gestão do território que vise à mediação dos conflitos inerentes às tensões entre sociedade e natureza, vividas no modelo civilizatório dominante no presente. Desde esse ponto de vista, a Educação Ambiental no contexto escolar é uma estratégia fundamental, pois busca a formação de cidadãos críticos sobre o modelo de sociedade atual. Dessa maneira, esse trabalho objetivou realizar uma intervenção na Escola Estadual do Campo Dom Pedro II, em São Miguel do Iguaçu/PR, visando estimular os alunos do 6º e 7º anos a refletir sobre a proposta do Espaço Educador Sustentável. Assim, foram programados cinco encontros para o desenvolvimento de atividades que proporcionassem o conhecimento sobre o contexto local, reflexão sobre as relações socioambientais, além de incentivar a articulação social através da criação da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola. A partir disso, foi possível identificar a potencialidade dos atores que fazem parte do contexto escolar na gestão do território. Verifica-se que a crise ambiental é uma oportunidade para refletir sobre as práticas educativas, as relações socioambientais, a gestão participativa do território, o que se revela importante principalmente em áreas lindeiras às Unidades de Conservação.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Escola do Campo; Gestão ambiental; Parque Nacional do Iguaçu.

1 Graduada em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal da Integração Latino-americana. E-mail: karini.scarpari@gmail.com

2 Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: suedja.y@gmail.com

Abstract

The understanding of socioenvironmental relations is central to a management of the territory that aims to mediate the conflicts inherent to the tensions between society and nature, experienced in the current civilizing model. From this point of view, Environmental Education in the school context is a fundamental strategy, as it seeks to train critical citizens about the current model of society. Thus, this work aimed to carry out an intervention at the Rural School Dom Pedro II, in São Miguel do Iguaçu/ PR, aiming to encourage 6th and 7th year students to reflect on the proposal of the Sustainable Educator Space. Thereby, five meetings were scheduled to develop activities that would provide knowledge about the local context, reflection on socio-environmental relations, in addition to encouraging social articulation through the creation of the Environment and Quality of Life at School Commission. From this, it was possible to identify the potential of the actors that are part of the contexto school in the management of the territory. It appears that the environmental crisis is an opportunity to reflect on educational practices, socioenvironmental relations, participatory management of the territory, which is important especially in areas bordering on the Conservation Units.

Keywords: Environmental education; Rural school; Environment management; Iguaçu National Park.

Introdução

As questões ambientais têm sido evidenciadas em proporções cada vez maiores por parte dos sujeitos pertencentes a diversos contextos socioculturais, ganhando espaço em discussões nos âmbitos social, político e econômico, geralmente apresentadas como resultado da crise civilizatória e suas tendências (FARIA, 2004). Dessa forma, surge também a necessidade de reavaliar as relações de interdependência entre os sujeitos e o meio natural, através de mobilizações, disseminação de práticas, fortalecimento da cidadania e demais aspectos que auxiliam o sujeito a refletir sobre seu contexto e suas práticas.

Nesse cenário, a Educação Ambiental (EA) tem papel fundamental no

fortalecimento da relação Sociedade e Natureza, participando da formação de sujeitos capazes de desenvolver o pensamento crítico, como sujeitos políticos, por meio da participação na construção de outra realidade. Além disso, a EA pode contribuir estimulando reflexões dos atores sobre a biodiversidade³ e o contexto social que estão inseridos, através do universo educativo (JACOBI, 2003).

Considerando-se que a Educação com viés crítico é uma forma de contribuir para a mobilização de grupos em prol da conservação da diversidade ambiental e histórico-cultural, este artigo discutirá também a aproximação entre as áreas protegidas e os grupos sociais circundantes por meio da gestão participativa.

Se tratando da atividade educacional, a escola é um dos ambientes mais propícios para debates e discussões que podem contribuir na formação de cidadãos críticos e reflexivos a partir da tomada de decisões desde a própria escola, seu entorno e a comunidade na qual a instituição está localizada, chegando até mesmo à esfera global, a partir da multiplicação de práticas (SILVA et al., 2015).

Nesse intuito, a atuação da EA se faz importante como fomentadora das transformações que os sujeitos promovem no seu território, e propulsora do desenvolvimento socioambiental a partir das discussões sobre por quê e como conservar a biodiversidade em todos os seus aspectos. Para isso, se faz essencialmente importante conhecer o território (MENDES; DONATO, 2003).

Um dos principais elementos a serem considerados diante das mudanças que podem ser resultantes das reflexões e ações conjuntas dos atores é o espaço geográfico, construído pelas relações socioambientais (VARGAS, 2014), que ao ser demarcado passa a denominar-se território⁴. Essa também é uma questão posta como desafio no processo de gestão das Unidades de Conservação (UCs), uma vez que existe a necessidade frequente de realizar avaliações sobre os impactos positivos e negativos gerados na área protegida e no seu entorno (ICMBio, 2016).

A partir da gestão do território, as discussões sobre a melhor forma de administrar o espaço ocupado pelos sujeitos é uma problemática que perpassa distintas sociedades ao longo da história.

3 De acordo com o art. 2 da Convenção sobre a Diversidade Biológica (1992, p. 9), a Biodiversidade significa: “a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo entre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas”.

4 Segundo Vargas (2014), o conceito de território compreende o produto das relações sociais e a ocupação exercida sobre a área.

Já especificamente no período a partir de meados do século XIX, observa-se a intensificação dos debates sobre a importância de cuidar dos bens naturais. Diante do cenário marcado por intervenções catastróficas fomentadas pela busca exacerbada do crescimento econômico, não sendo considerado o tempo de resiliência e a dinâmica dos processos ecológicos, surge também a ideia de demarcar áreas consideradas ricas em biodiversidade para protegê-las da utilização inadequada dos seus bens naturais, conforme aponta Silva (2011).

Desde o Relatório Brundtland (1987), o termo Desenvolvimento Sustentável passou a ser utilizado largamente, mas apesar da oratória conservacionista, converge para a ideia de que o ambiente é considerado apenas um meio de obtenção de recursos para satisfazer as necessidades de alguns grupos da sociedade. Essa perspectiva capitalista assume uma postura totalmente antropocêntrica e ignora as carências reais da humanidade.

Assim, Shiva (1991) apresentou uma análise sobre a ideia de Sustentabilidade trazida nesse discurso, destacando que os princípios, objetivos e práticas utilizados como fundamento para construção da ideia de desenvolvimento sustentável, não são de fato sustentáveis, devido à superexploração dos bens naturais, interferindo negativamente na manutenção dos processos ecológicos e, conseqüentemente, intervindo na economia da natureza, intensificando a pobreza e a crise ecológica.

De acordo com Faria (2004), as tentativas de buscar a melhor forma de manejar o que ainda resta do meio natural valida a promoção da sustentabilidade local e regional através de processos estratégicos, como por exemplo, a gestão participativa. Soma-se a isto, o surgimento de uma inquietude quanto ao futuro do nosso planeta, desencadeando ações e mobilizações globais contra o uso desenfreado dos bens naturais. Intensificam-se assim, medidas que priorizam a sustentabilidade, por meio de articulações e propostas geradas principalmente pela sociedade civil. Vargas (2014) contribui afirmando que o significado construído a partir da percepção ambiental dos sujeitos que consideram o contexto local é importante no estabelecimento do modo com que esses ocuparão o espaço.

Em meio a esse processo, a EA atua no cenário socioambiental por meio do levantamento de questionamentos, estimulando reflexões sobre as práticas dos sujeitos, mediando conflitos existentes, com a intenção de contribuir para a mobilização social e mudança de atitude dos sujeitos em relação ao seu território.

Além disso, as ações educativas que consideram as questões socioambientais,

como no caso da EA, atuam também revigorando as discussões sobre equidade social, identidade local, dentre outros aspectos que surgem dos próprios sujeitos, como mostra o Guia de Educação Ambiental em Unidades de Conservação: Ações voltadas para Comunidades Escolares no contexto da Gestão Pública da Biodiversidade (2016).

Nesse sentido, as vivências dos sujeitos com o meio natural, assim como suas atividades diárias, precisam ser consideradas e abordadas no âmbito escolar com o intuito de estimular a construção do conhecimento e desenvolvimento do pensamento crítico. No que tange à área rural, para que haja o compartilhamento de melhores práticas de manejo no campo, é preciso o empoderamento dos atores que vivem nessa área, considerando a expansão atual da prática do agronegócio, que tem provado ser uma problemática ao oferecer sérios riscos para o ambiente natural, social e cultural.

Portanto, a realidade vivida e a construção da percepção sobre o meio ambiente remetem a uma outra questão, que é a forma com que surgem os diferentes conceitos sobre a natureza, ambiente e ecossistema e que por consequência, conduzem a distintas formas de se pensar, planejar e organizar o território. Essas diferentes visões nem sempre entram em consenso, pois acabam divergindo-se com respeito à gestão do território, resultando em práticas que afetam direta e indiretamente o uso e a ocupação de uma determinada área, e que geralmente estão por trás de determinados conflitos.

Se tratando das áreas nas quais se localizam as UCs, há normas próprias de uso e manejo, que cumprem o objetivo de preservar os animais, os vegetais, o acervo cultural, a beleza cênica, as fontes científicas, variando de acordo com sua classificação (SCHENINI *et al*, 2004).

Nesse contexto, a EA se mostra como estratégia central na gestão ambiental, de acordo com ICMBio (2016), por auxiliar na promoção de uma gestão pública participativa como forma de promover maior efetividade no cuidado da “casa comum”. Para isso, o programa de uso público deve ser operacionalizado através de instrumentos normativos, se tornando de fato efetivo. No caso das UCs brasileiras, o Plano de Manejo é o documento técnico definido pela Lei 9.985/2000, instituído pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), responsável por traçar os objetivos das áreas de valor ambiental no país, contemplando dessa maneira um modelo de gestão aplicado nas áreas protegidas que considera a importância do fator humano (BRASIL, 2000).

Somando-se ao que foi exposto e considerando o processo histórico de gestão da UC Parque Nacional do Iguaçu (PNI), é possível verificar diversos conflitos

socioambientais que ocorreram desde sua criação em 1939, como o fechamento da Estrada do Colono (ligação entre os municípios de Serranópolis do Iguaçu à Capanema) e as atividades ilegais de caça, extração de madeira e palmito, por exemplo.

É possível perceber o desafio enfrentado pelos gestores das Unidades de Conservação na mediação de tais conflitos, buscando solucioná-los juntamente com as comunidades lindeiras ao PNI.

Assim, considera-se como primordial que os atores circundantes às UCs, como no caso do PNI, sejam esclarecidos sobre o funcionamento, abrangência, uso e demarcação de áreas como esta.

Essa forma de refletir sobre o território pode ser percebida na postura que Boff (2013) assume ao ressaltar que um modelo de educação que realmente corresponda a crise civilizatória atual necessita estar baseado no resgate de alguns valores fundamentais à vida, como a recuperação da sensibilidade emocional, da ideia de que o planeta é um organismo vivo, da unificação entre Sociedade e Natureza, do cuidado com os demais componentes do meio ambiente, da cooperação entre todos os que habitam a Terra, assim como da prática do respeito, destacando ainda a importância da espiritualidade.

Layrargues (2004) contribui com esse debate afirmando que o comprometimento com a ética socioambiental estimula a participação dos sujeitos na construção de uma sociedade sustentável, conforme entendida pelo Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, por meio da reflexão sobre a crise ambiental atual. Nesse sentido, o ambiente escolar e seus alunos participam do processo de inovação e criação de uma outra racionalidade voltada à problemática ambiental e junto à comunidade civil, sendo capazes de praticar a EA no seu contexto local, exercendo assim, uma postura crítica (GUIMARÃES, 2014).

Já no âmbito da Educação, há uma política pública pensada e construída conjuntamente entre o governo e sociedade civil organizada para compensar o histórico de negação ao direito das populações do campo em acessar uma educação pública e de qualidade, ou seja, a Educação do Campo. O reconhecimento da diversidade social e cultural do campo são evidenciados por essa política diante da marginalidade que elas têm ocupado no processo de discussão sobre a Educação brasileira.

Assim, o decreto Nº 7.352, de 4 de novembro de 2010 dispõe sobre a política nacional de Educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

(PRONERA). Conforme o artigo 1º inciso II, são declaradas como escola do campo: aquela situada em área rural, conforme definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo.

No Paraná (PR) a implementação da política de Educação do Campo está sob responsabilidade da Secretaria da Educação do Paraná (SEED/PR) que coordena a publicação das Diretrizes Curriculares da Educação do Campo. Esse documento expressa a intenção de motivar os professores a conhecerem a realidade dos sujeitos do campo e reorganizar a sua prática pedagógica. Dessa forma, orienta-se que as Escolas do Campo passem a desenvolver um trabalho educativo com o objetivo de formar educandos com um sentimento de pertencimento, tendo em vista a vasta riqueza que o campo oferece à ampliação dos conhecimentos escolares (SEED/PR, 2010).

Dentre as instituições públicas brasileiras de ensino, se situam as Escolas do Campo, que segundo Catenacci *et al* (2014) ainda são discutidas de forma marginal ou abordadas de modo insulado no âmbito da Educação. Mesmo apoiadas pelo Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO) que concede apoio técnico e financeiro para a realização da Política de Educação do Campo, a prática educativa realizada no meio rural necessita ser pensada a partir da sua individualidade e do contexto vivido pelos sujeitos. De acordo com Travessini (2015):

Em relação às escolas do município de São Miguel do Iguçu/PR, que receberam recentemente a nomenclatura de escolas do campo por parte da Secretaria do Estado de Educação do Paraná, não foram identificadas ações que as vinculem com o ideal das escolas do campo, seja em relação à matriz curricular diferenciada, seja do ponto de vista de projetos que visem o maior contato com o meio rural, ou de ações de promoção do desenvolvimento rural (TRAVERSINI, 2015; p. 41-42).

Vislumbra-se assim, a necessidade de aproximar a comunidade escolar das problemáticas vivenciadas pelos sujeitos do campo e estimular a reflexão sobre seu território, a partir de instrumentos metodológicos mediadores no processo de ensino e aprendizagem, como por exemplo, a promoção da Educação para a Sustentabilidade através da estruturação de Espaços Educadores Sustentáveis (EES) por meio da comunidade escolar (SILVA K., 2015).

Essa proposta deve estar baseada em uma intencionalidade pedagógica pautada na sustentabilidade, além do desenvolvimento e/ou utilização de alternativas ecologicamente corretas que levem à redução de impactos negativos gerados pelo funcionamento da escola, visando um futuro ambiental de qualidade para as próximas

gerações (TRAJBER; SATO, 2010).

A contribuição de todos os frequentadores da escola, por meio de ações positivas que sejam definidas coletivamente são vistas desde o início como importantes, pois constituem o ponto de partida no exercício de comprometimento dos atores envolvidos no processo de transformação do ambiente escolar para um EES. É válido ressaltar que a estruturação dos EES não modifica os princípios estabelecidos pela política de Educação do Campo, apenas poderá complementar em diferentes aspectos, como mostra o Manual Escolas Sustentáveis.

Também é importante esclarecer que a proposta pedagógica das Escolas do Campo não é restrita à localização geográfica, podendo estar relacionada ao meio rural ou não, estando presente em cerca de 4.485 municípios brasileiros, de acordo com a Secretaria de Educação/ SC.

Assim, o Manual Escolas Sustentáveis, estabelecido pela Resolução CD/FNDE nº 18, de 21 de maio de 2013, pautado na Lei de nº 9795/99 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, dispõe de orientações para auxiliar (inclusive no âmbito financeiro) a transformação de instituições de ensino em EES, a partir da adequação do currículo, gestão e do espaço físico como forma de incentivar um ensino de melhor qualidade, construído com base na intencionalidade pedagógica pautada na prática da sustentabilidade.

O documento recomenda ainda o estabelecimento de uma Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola (Com-Vida), podendo ser composta pelos diversos atores da comunidade escolar, com o intuito de atuar em ações que promovam a sustentabilidade na Escola, refletindo e agindo na mobilização de outros sujeitos para promoção de mudanças do espaço escolar e seu entorno, além da melhoria da qualidade de vida.

Metodologia

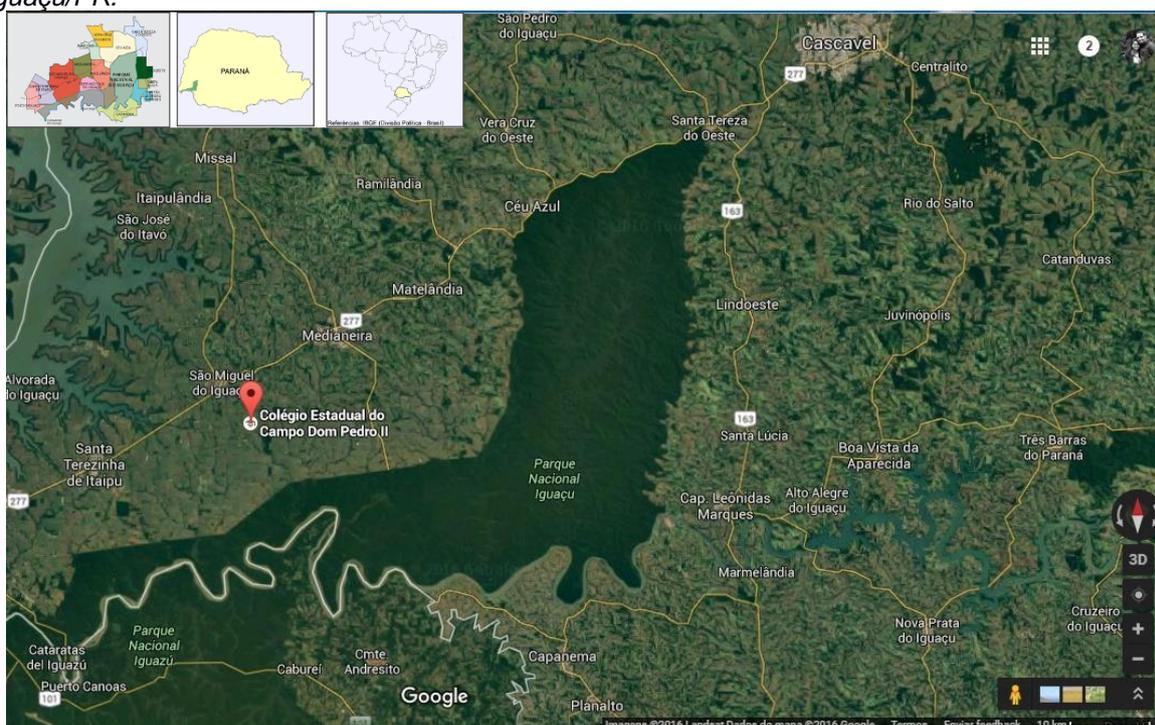
Este trabalho foi desenvolvido na Escola Estadual do Campo Dom Pedro II, localizada na zona rural do Município de São Miguel do Iguçu - Paraná. Esta instituição passou a ser reconhecida como Escola do Campo em 2012, porém as atividades dessa instituição ainda não estão de fato baseadas no contexto no qual está inserida.

A Escola está situada próxima aos limites do PNI e os alunos que a frequentam também residem em comunidades lindeiras à UC. Outro aspecto importante é o fato da

gestão escolar estar repensando a inserção e atuação dessa instituição na comunidade de São Jorge (Município de São Miguel do Iguçu - PR), a partir do contexto local, considerando as questões socioambientais.

Já o PNI é uma área protegida com aproximadamente 185 mil hectares, criada em 1939 por meio do Decreto nº 1.035, sendo atualmente gerida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação (ICMBio). Trata-se de um grande remanescente da floresta atlântica semidecídua, abrigando diversas espécies – algumas já inseridas na lista de espécies ameaçadas de extinção (BIESEK; CARDOZO, 2012). Também é reconhecida pelo seu atrativo cênico - as Cataratas do Iguçu - responsável por elegê-lo como Sítio do Patrimônio Mundial Natural pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) em 1986.

Figura 1. Localização da Escola Estadual do Campo Dom Pedro II nas proximidades do Parque Nacional do Iguçu/PR.



(Fonte: Google Maps)

Atualmente essa UC está em processo de revisão do Plano de Manejo, que sob orientação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), tem fomentado a participação comunitária. Nesse sentido, o trabalho proposto buscou contribuir também para o diagnóstico socioambiental das comunidades lindeiras ao PNI, o que por sua vez, coloca a Escola Estadual do Campo Dom Pedro II como um local de interesse nesse processo.

O principal objetivo da realização desse projeto foi contribuir, por meio da EA, com os atores que fazem parte dessa Escola do Campo, estimulando-os a pensar a partir da proposta do EES, como também refletir sobre sua relação com o PNI. Por meio das atividades buscou-se conhecer e levantar informações sobre o contexto local; estimular os alunos a refletirem sobre as relações socioambientais; motivar a compreensão e aproximação dos sujeitos quanto à importância, funcionalidade e valorização do PNI, além de incentivar a organização dos sujeitos para a criação de uma Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola.

As ações foram desenvolvidas com a participação de 54 alunos das turmas de 6º e 7º ano do Ensino Fundamental II da Escola Estadual do Campo Dom Pedro II, durante cinco encontros (fevereiro a junho/2016). Optou-se por uma metodologia mista, com a abordagem da Educação Ambiental Crítica realizada a partir do levantamento de dados empíricos e de reflexões feitas pelos atores.

É importante salientar que o estabelecimento prévio de um diálogo com a gestão escolar, bem como o esclarecimento da proposta do projeto aos envolvidos, é considerado um aspecto importante para o desenvolvimento das atividades.

No primeiro encontro realizou-se a apresentação da proposta do projeto aos alunos e a aplicação, em sala de aula, de um questionário semiestruturado, possibilitando o levantamento de informações das percepções e práticas dos participantes com respeito a: escola, residência, comunidade, bem como a região do município, desses sujeitos. As questões propostas para este primeiro encontro foram:

- Você conhece o Parque Nacional do Iguaçu?
() Sim. () Sim, eu moro perto dele. () Não.
- Você ajuda a cuidar do meio ambiente?
() Sim. Como? _____ () Não.

No segundo momento as atividades foram baseadas no Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), conjunto de técnicas e ferramentas que permite a comunidade fazer seu próprio diagnóstico com base no conhecimento dos participantes, para identificação das peculiaridades do território. Para Faria (2006), essa percepção é pautada nos processos de diálogo e pode contribuir para relações sociais mais harmônicas, além de ser o caminho para a formação de cidadãos mais participativos, mais reflexivos e mais ativos diante da realidade.

Os alunos foram organizados em grupos de cinco participantes e estimulados a refletir e construir o conceito a partir da questão geradora “O que é meio ambiente?”. Cada grupo apresentou sua ideia construída, destacando os elementos considerados como parte do meio ambiente. As discussões foram norteadas pelas perguntas:

- A escola faz parte do meio ambiente?
- Quais elementos da escola fazem você se sentir perto da natureza?
- Qual espaço da escola você mais gosta? Por quê?
- A escola tem problemas ambientais? Quais?

Foi proposta também a construção do Mapa Falado que possibilitou a identificação e registro de elementos da paisagem e de uso/ocupação do território, considerados importantes pelos alunos, e que conseqüentemente constituem o espaço, utilizando materiais como cartolina, papel e lápis colorido (ICMBIO, 2015),

No primeiro momento, utilizou-se o mapa do município de São Miguel do Iguaçu e, posteriormente, o mapa de contorno do PNI para localização do município.

O terceiro encontro iniciou com a retomada das discussões do encontro anterior. Em seguida, os alunos foram incentivados a refletir sobre a função humana no meio ambiente. Após as discussões, realizou-se a exibição do vídeo “Man”, do ilustrador especializado em animação - Steve Cutts, com o fim de fomentar a reflexão sobre a atuação humana sobre o planeta no atual modelo civilizatório.

A partir da temática sobre os bens naturais, foi lançado o questionamento “o que vocês conhecem sobre o PNI?”, seguido por imagens da biodiversidade abrigada nesta área de conservação. Nessa atividade foi explanado o motivo da criação das áreas protegidas e o contexto da superexploração dos bens naturais. Para essa etapa também foi utilizado o vídeo “Money”, produzido pela WWF, para fomentar as discussões sobre a consequência de pequenas ações no contexto local-global.

O quarto encontro foi realizado a partir da retrospectiva da atividade anterior, e a exibição de notícias que provam as consequências globais de ações locais, como o exemplo da notícia sobre os “pesquisadores brasileiros na Antártida que encontraram contaminação por mercúrio em pinguins e outras substâncias poluentes que podem causar várias alterações biológicas (câncer) nos animais”.

A partir dessa discussão, os alunos foram estimulados a pensar no que é possível mudar a partir do território que ocupamos, considerando a própria escola como início das transformações. Em seguida, foram exibidos vídeos de escolas em que os alunos procuraram mobilizar a comunidade escolar com o fim de refletir e promover mudanças

em seus contextos, como o caso da Escola Municipal Professora Ada Sant'Anna da Silveira, localizada em Joinville/SC. Ainda nessa atividade ressaltaram-se os conceitos de Escola Sustentável, bem como a adequação do espaço físico, da gestão e do currículo escolar.

No último encontro, as atividades foram desenvolvidas com um único grupo, composto pelas duas turmas juntas, no pátio da escola. Recordaram-se as discussões da atividade anterior e, logo depois, os participantes se dividiram em seis grupos e foram estimulados a pensar, a partir das discussões desenvolvidas em todos os outros encontros, levantando propostas de melhoria para a Escola do Campo Dom Pedro II.

A etapa seguinte foi a construção da Árvore dos Sonhos, atividade proposta através da Oficina do Futuro (metodologia criada pelo Instituto para a cidadania - ECOAR), realizada a partir de etapas para a construção de projetos coletivos com vistas a resolução de problemas socioambientais. As ideias e sugestões foram escritas em papéis em formato de folha e complementaram a ornamentação em forma de árvore, que ficou exposta no pátio da Escola.

Logo depois, foi abordada a necessidade da organização social do grupo para alcançar os objetivos coletivos. Para isso foram explicados os conceitos e a atuação da Comissão do Meio Ambiente e Qualidade de Vida (COM-VIDA) na Escola. O encontro foi encerrado com um convite para a composição da COM-VIDA da Escola do Campo Dom Pedro II, composta por alunos do 6º e 7º ano. Em seguida, os participantes foram incentivados a pensar na primeira ação da COM-VIDA, como também receberam materiais didáticos que ajudaram a orientá-los nas mobilizações.

Análise de Dados e Discussão

A EA atuando por meio do EES tem um papel chave na reflexão de conceitos que podem fortalecer a relação entre Sociedade e Natureza, formando sujeitos capazes de desenvolver pensamento e consciência crítica necessários para a atuação política através da ação participante nos espaços de construção e tomada de decisão.

Ao analisar as respostas sobre a questão da aproximação dos sujeitos em relação ao PNI (ver Gráfico 1) e, em caso afirmativo, sobre reconhecimento quanto ao Parque Nacional do Iguaçu (ver Gráfico 2), é possível perceber que embora os alunos que frequentam a Escola, também residam na mesma comunidade ou nas proximidades da instituição, apenas 8 sujeitos afirmaram conhecer o PNI e morar próximo. Essa realidade

ressalta a necessidade de estratégias que estimulem a reflexão sobre o reconhecimento dos sujeitos em relação ao território que ocupam e às práticas cotidianas adotadas.

Gráfico 1. Aproximação dos sujeitos como o Parque Nacional do Iguaçu.

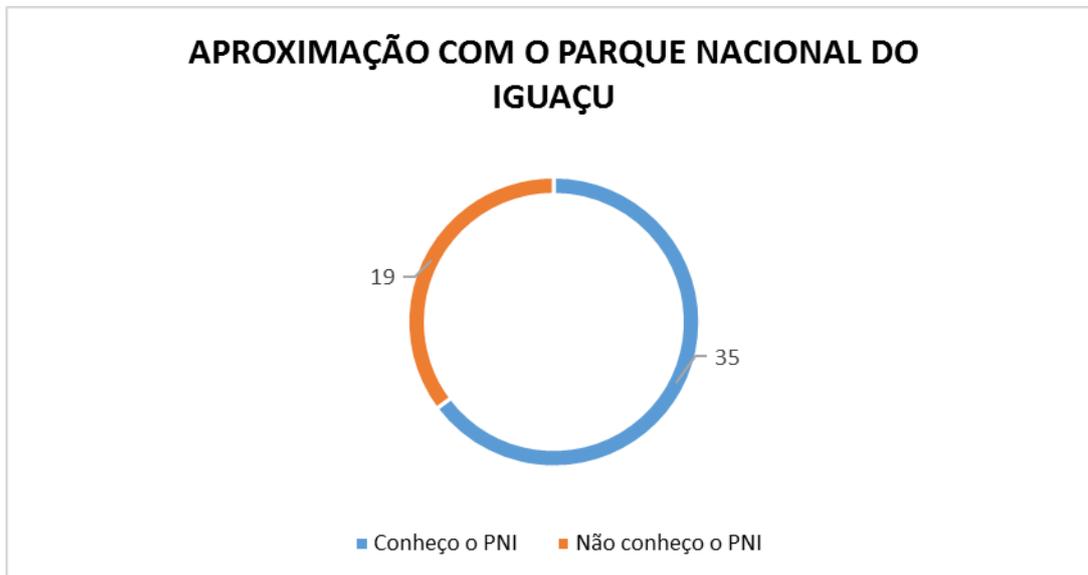
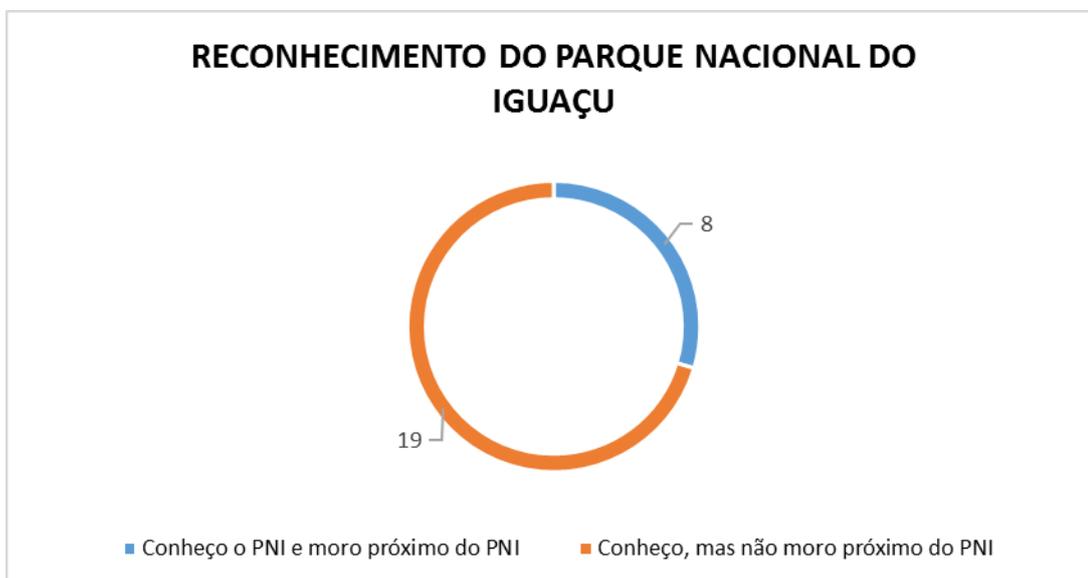


Gráfico 2. Reconhecimento dos sujeitos em relação ao Parque Nacional do Iguaçu.



A maioria dos participantes também afirmaram (Gráfico 3) e descreveram práticas que consideram ser de contribuição no cuidado com o meio ambiente (Gráfico 4), mostradas a seguir:

Gráfico 3. Contribuições dos participantes em relação ao meio ambiente.

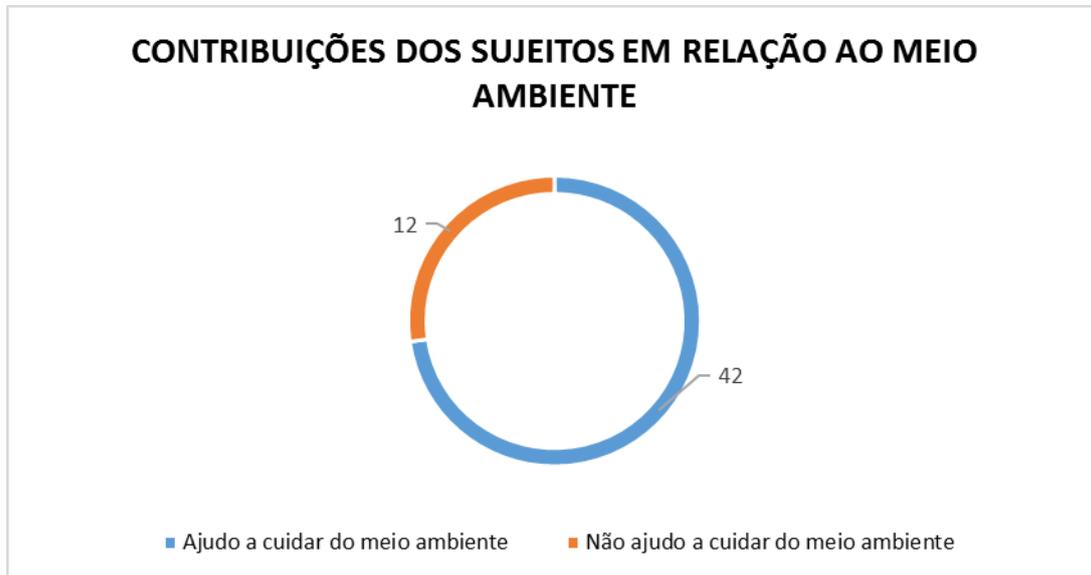


Gráfico 4. Práticas de contribuição dos sujeitos quanto ao cuidado em relação ao meio ambiente.



De acordo com as práticas expostas pelos sujeitos nas respostas, é possível perceber que o cuidado com o lixo é a forma mais comum, identificada pelos alunos, de contribuição com o meio ambiente, podendo ser também uma temática utilizada na prática pedagógica como um tema gerador⁵. Nesse caso, a EA pode fomentar a reflexão sobre

5 Segundo Layragues (2006), temas geradores são estratégias metodológicas de um processo de

as práticas do cotidiano, não se restringindo ao descarte/separação correta do lixo, mas buscando problematizar o atual modelo de sociedade e as consequências para o ambiente, bem como a origem da matéria-prima dos produtos que consomem e o tempo de decomposição, estimulando a construção de um olhar crítico dos sujeitos em relação ao seu território.

A partir da atividade de percepção por meio da construção do conceito de meio ambiente, foi evidenciada a ideia de separação entre a Sociedade e a Natureza, pois apenas um dos grupos inseriu a figura social no contexto do meio ambiente, sendo os demais conceitos compostos por elementos de fauna, flora e outros aspectos do meio natural. Esperava-se que, se tratando do meio rural, houvesse uma maior relação entre o fator social e ambiental, considerando que a vivência dos participantes com o meio natural é mais frequente, quando comparado ao contexto urbano.

Essa realidade pode influenciar nas práticas cotidianas, já que a ausência do sentimento de pertencimento ao meio ambiente pode refletir diretamente nas práticas dos sujeitos.

Através da construção do Mapa Falado foram indicadas atividades de caça, queimadas, descarte inadequado de resíduos nos rios e rotas de contrabando, evidenciando a necessidade de projetos de educação socioambiental que contribuam para a transformação desse cenário.

Figura 2. Produção do mapa falado pelos participantes da turma de 7º ano.



(Fonte: Karini Scarpari)

Outros aspectos dizem respeito à produção de alimento, à reciclagem, ao plantio de árvores. Nesse caso, a Escola pode assumir um papel chave difundindo e estimulando essas ações identificadas pelos alunos, por meio de projetos, eventos, cursos e mobilizações sociais junto à comunidade.

Na discussão ocorrida após a exibição dos vídeos relacionados à biodiversidade e ao PNI, foi possível perceber que apenas a área de atividade turística do PNI é identificada pelos participantes como UC, não sendo considerado o papel fundamental de toda a área de conservação. Dessa forma, a área protegida também não é reconhecida como elemento do território desses sujeitos.

Figura 3. Exibição dos vídeos do III Encontro com a turma do 7º ano.



(Fonte: Karini Scarpari)

A partir do debate gerado pela exibição dos vídeos de casos de Escolas Sustentáveis exibidas pelos vídeos, os alunos demonstraram ânimo e comentaram sobre os desafios para mudar a realidade da escola.

Na construção da Árvore dos Sonhos, as expectativas de muitos anseios expressos estavam relacionadas com a melhor utilização de espaços da escola e com articulações para o envolvimento com a comunidade, como por exemplo, “retomar o

projeto da horta na Escola”. Nesse caso foi notório que, quando estimulados, os alunos podem assumir um papel chave na identificação de necessidades locais, como também contribuir na gestão da escola, podendo ainda ser relevantes na comunidade e no território. Observa-se que esse processo de estímulo à construção de ideias coletivas contribui para formação cidadã.

Figura 4. Construção da *Árvore dos Sonhos*.



(Fonte: Suedja Abreu)

A composição da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida foi um momento crucial, uma vez que esse grupo será responsável pelas articulações e tomadas de decisão posteriores, sendo essencial para a continuidade e ampliação das ideias discutidas durante as atividades.

A postura observada nos participantes desse grupo, como a definição da quantidade de integrantes, a articulação de reuniões e o planejamento sobre o uso dos materiais recebidos, são considerados indicadores significativos do potencial da EA no processo de articulação e mobilização social. Seu andamento pode resultar ainda em diversas transformações do ambiente escolar, podendo contribuir futuramente na melhor gestão do território.

Figura 5. Comissão do Meio Ambiente e Qualidade de Vida da Escola Estadual do Campo Dom Pedro II.



(Fonte: Luciano Abreu)

Considerações Finais

A crise civilizatória na qual se incluem os problemas ambientais é uma oportunidade para refletir sobre as práticas educativas, as relações socioambientais, como também a participação na gestão pública sobre o território, principalmente em áreas limdeiras às UC. Nesse caso, a EA pode contribuir na revisão das práticas pedagógicas utilizadas nos espaços escolares, bem como na reflexão sobre a realidade escolar e as problemáticas locais, com o intuito de transformar, de fato, o contexto vivido pelos sujeitos, através dos mesmos. Conseqüentemente, ocorrerá a mudança socioambiental e a transformação da perspectiva dos atores sobre seu território.

Além disso, nota-se que os atores do universo educativo são relevantes na potencialização das reflexões envolvendo os bens naturais e seu contexto social (JACOBI, 2003), a partir da prática pedagógica que considere os aspectos socioambientais.

Considerando o crítico contexto atual sobre o aspecto socioambiental global, o Plano Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC (GOVERNO FEDERAL, 2008) prevê a implementação de Espaços Educadores Sustentáveis em ambientes escolares e universitários com a adaptação da estrutura física, da gestão e da intencionalidade

pedagógica. Com isso, a problemática envolvendo a biodiversidade no âmbito global, desencadeia necessidades quanto à proteção dos diversos ecossistemas, tornando indispensável o fortalecimento da relação sociedade e natureza, com a cooperação principalmente dos sujeitos lindeiros as áreas protegidas, como no caso apresentado do Parque Nacional do Iguaçu.

Por fim, entende-se que os processos de aprendizagem e transformações a partir da proposta de estruturação do EES são contínuos, não sendo possível mensurá-los completamente. Porém é notória a potencialidade da EA como fomentadora da organização e articulação dos sujeitos no contexto escolar, como por exemplo através da COM-VIDA, com o objetivo de estimular a estruturação de lideranças e a participação na gestão do território.

Referências

- BIESEK, A.S.; CARDOZO, P.F. Interpretação do Patrimônio Ambiental: o caso do Parque Nacional do Iguaçu (Foz do Iguaçu, PR). **Revista de Cultura e Turismo**. Santa Cruz, v. 6, nº 4, Out/2012.
- BOFF, L. Ecoeducação. In: FERRARO JÚNIOR, L. A. (Org.) **Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores – Volume 3**. Brasília: MMA/DEA, 2013, p. 105-110.
- BRASIL. **DECRETO Nº 7.352, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010**. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm . Acesso em 25 de jul. de 2016.
- BRASIL. Lei Federal no. 9.985, de 18 de julho de 2000. **Diário Oficial da União**, P 1-6, 19 de jul. de 2000. Seção I. Regulamenta o artigo 225, 1º - incisos I, II, III e IV da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. 2000.
- BRASIL, Governo Federal. **Lei de educação ambiental nº 9795/99**. Brasília: 1999. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm>. Acesso em: 20 out. 2015.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Convenção sobre a diversidade biológica**. Brasil: 2000. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_dpg/_arquivos/cdbport.pdf. Acesso em: 25 jul. 2016.
- CATENACCI, L. S.; COUTINHO, J.; XAVIER, L. P.; MOURA, S. G. Educação para além das cercas das escolas rurais. In: FERRARO JÚNIOR, L. A. (Org.) **Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores –**

Volume 3. Brasília: MMA/DEA, 2014, p. 343 -355.

D'OLIVEIRA, Enílson; BURSZTYN, Ivan; BADIN, Luciana. **Parque Nacional do Iguaçu.** IVT - Caderno Virtual de Turismo, Rio de Janeiro, v.2, n.4, 2002.

FARIA, A. A. C. **Ferramentas do Diálogo - qualificando o uso das técnicas do DRP: diagnóstico rápido participativo.** IEB - Instituto Internacional de Educação do Brasil/ MMA - Ministério do Meio Ambiente; Brasília, 2006.

FARIA, H.H. Eficácia de gestão de Unidades de Conservação gerenciadas pelo Instituto Florestal de São Paulo, Brasil. **Tese** de doutorado. Depto. Geografia. UNESP. Presidente Prudente, SP. 2004. 401p.

GOVERNO FEDERAL (2008). Plano Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC – Brasil. Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima.

GUIMARÃES, R. P. Ecopolítica. In: FERRARO JÚNIOR, L. A. (Org.) **Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores – Volume 3.** Brasília: MMA/DEA, 2014, p. 111-121.

ICMBIO. **Conselhos Gestores de Unidade de Conservação Federais.** 2º edição, Brasília, 2015.

ICMBIO. **Educação Ambiental em Unidades de Conservação:** Ações voltadas para Comunidades Escolares no contexto da Gestão Pública da Biodiversidade (Guia informativo, orientador e inspirador). Brasília: MMA/WWF, 2016.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa** [online]. n.118, p. 189-206, 2003. ISSN 0100-1574.

LAYRARGUES, Philippe P. **Identidades da Educação Ambiental brasileira** / Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; Philippe Pomier Layrargues (coord.). – Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

MEC (Ministério da Educação). **Manual Escolas Sustentáveis.** Brasília, MEC, 2013. Disponível em: http://www.seduc.pi.gov.br/arquivos/1857975698.manual_escolas_sustentaveis_v_04.06.2013.pdf >. Acesso em 12 fev. 2016.

MEC (Ministério da Educação). **PRONACAMPO.** Brasília, MEC, 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18720:pronacampo&catid=194:secad-educacao-continuada>. Acesso em 07 fev. 2016.

MENDES, R.; DONATO, A.F. Território: Espaço social de construção de identidades e de políticas. **SANARE, Revista de Políticas Públicas**, v. 4, n.1, p.34-38, 2003.

MORAN, Emilio Frederico. **Meio ambiente e ciências sociais:** interações homem-ambiente e sustentabilidade. São Paulo: Senac, 2011. 307 p. ISBN 978-85-396-0090-8.

Oficina do Futuro: Construindo projetos coletivos. Disponível em: <www.ecoar.org.br>. Acesso em 2 set. 2015.

SCHENINI, P. C.; COSTA, A. M. & CASARIN, V. W. 2004. Unidades de Conservação: Aspectos históricos e sua Evolução. COBRAC – 2004. Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico **Multifinalitário**, UFSC, Florianópolis 10 a 14 de outubro de 2004.

Secretaria do Estado de Educação do Paraná. **Diretrizes Curriculares da Educação do**

Campo. Curitiba, SEED/PR, 2010. Disponível em:
<<http://diaadiaeducacao.pr.gov.br>>.

SHIVA, V. “Que quiere decir sustentable”. **Revista del Sur**, Montevideo, n.3, marzo-abril, 1991.

SILVA, K.M.; ARAÚJO, M.L.; MAIA, R.C.; FARIAS, S.F.; NUNES, T.G.R. Práticas Lúdicas X Educação Ambiental: Contribuindo para a conscientização na Escola Estadual Ruy Paranatinga Barata. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 221-234, 2015.

SILVA, V. B.; CRISPIM, J. Q. Um breve relato sobre a questão ambiental. **Geomae**, Campo Mourão, v. 2, n. 1, p.163 – 175, 2011. Disponível em:
http://www.fecilcam.br/revista/index.php/geomae/article/viewFile/30/pdf_24>. Acesso em 28 mar. 2016.

TRAJBER, R.; SATO, M. Escolas sustentáveis: incubadoras de transformações nas comunidades. **Rev. Eletrônica Mestrado Educação Ambiental**. 1517-1256, v. especial, Rio Grande – RS, setembro de 2010.

TRAVESSINI, Desideri Marx. **Educação do Campo ou Educação Rural? Os conceitos e a prática a partir de São Miguel do Iguaçu, PR**. 2015. 53p. Trabalho de Conclusão de Curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2015.

TOZONI-REIS, M. F. de C. **Temas ambientais como “temas geradores”:** **contribuições para uma metodologia educativa ambiental crítica, transformadora e emancipatória**. Educar, Curitiba: Ed. UFPR, n. 27, p. 93-110, 2006.

VARGAS, M. G. Território. In: FERRARO JÚNIOR, L. A. (Org.) **Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores – Volume 3**. Brasília: MMA/DEA, 2014, p. 305-314.

2.2. MEMORIAL - “NADA MELHOR QUE UM (RE)COMEÇO...”

*Não importa onde você parou
Em que momento da vida cansou
O que importa é que sempre é possível
E necessário (re)começar.
(Carlos Drummond de Andrade)*

A vida nos permite as mais diversas oportunidades de (re)começar, e nesse memorial busquei expressar não só minha experiência na Pós-graduação em Educação Ambiental, mas compartilhar um dos momentos de (re)começo que pude vivenciar.

Isso porque o curso fez parte da minha etapa de mudança de cidade (e de região do Brasil), o início do meu casamento, enfim, eram começos demais para um tempo só. Com o tempo fui descobrindo o quanto essas decisões, em áreas da vida tão diferentes, estavam conectadas. Lógico que não poderia continuar esse relato sem ressaltar a imensurável companhia do meu esposo, essencial em todo o tempo.

Acredito que a ideia de “sair da zona de conforto” teve aplicação em toda essa etapa. Após os primeiros momentos no curso e as orientações para que já fôssemos pensando no trabalho final (claro! O tempo passa rápido), minha preocupação era: “Não tem como trabalhar com Educação Ambiental sem conhecer o território...e o que vou fazer?”. A verdade é que mal conhecia a cidade de Foz, e para me apropriar de uma determinada problemática ainda seria necessário tempo! E como aconteceu em todo decorrer do curso, eis a minha primeira “crise”.

Nada diferente de todos os começos que decidimos na nossa caminhada, começar a pós-graduação em Educação Ambiental me trouxe expectativas, crises, desconfortos, cansaço, e acima de tudo, amadurecimento (e muito!). Isso é mais possível de observar com o passar dos dias e principalmente na etapa final.

Não dá para esquecer de citar também os novos colegas que conheci, professores, e melhor ainda, aquilo que cada um compartilhou em todo o processo de aprendizagem. Esse apanhado de preciosidades foi acrescentado na minha vida e com certeza levarei comigo sempre.

Falar sobre tudo que aprendi se torna extremamente difícil quando minhas expectativas iniciais foram totalmente extrapoladas e meus objetivos ultrapassados.

Nessa primeira seção registro meu agradecimento a todos que fizeram desse curso um marco, um divisor de águas, uma experiência para minha vida.

Educadora Ambiental, Eu?

*Aprender a ser; aprender a conhecer;
Aprender a viver junto; aprender a fazer.
(Relatório Delors, 1999)*

A análise dos relatos escritos a partir das aulas mostra as lembranças, os questionamentos provocados, as metodologias que nos permitem “sair da caixinha” trouxeram consigo várias “crises” para mim.

Como todo desafio, porque afinal esse curso foi diferente de tudo que vivi, fomos instigados a conhecer a nós mesmos, como também a identificar aquilo que não sabemos.

Por meio das aulas, tive a oportunidade de conhecer pessoas, locais e experiências engajados em objetivos pautados na Educação Ambiental.

A primeira constatação foi que eu não conhecia de fato o “universo” da Educação Ambiental, e depois passei a me questionar se realmente era uma Educadora Ambiental. Essas reflexões me confrontaram quanto à postura, identidade e objetivo de vida. E uma das maiores crises, “como uma bióloga tem dificuldade de definir meio ambiente?”.

A cada tempo refleti com mais profundidade sobre a responsabilidade de mediar um processo de aprendizagem e o quanto isso pode transformar a realidade. Afinal de contas, como educar sem sonhar?

Outro ponto que me cativou foram as metodologias utilizadas durante as aulas, algumas maravilhosas e outras nem tanto, mas todas aguçaram meu olhar analítico sobre o processo pedagógico. Passei a ver os erros e acertos com mais naturalidade, o que me permitiu também ousar mais. Sem contar o contínuo processo de avaliação a respeito do que se faz, do que se decide, os acordos de convivência, que eu nunca havia experimentado no âmbito da universidade.

Como esquecer as perguntas do professor Luis, que me faziam passar horas pensando na resposta, os textos de Isabel Carvalho, Layrargues, Guimarães e tantos outros indicados pela professora Luciana, a atividade da Marcela que nos

mobilizou a estudar e nos caracterizamos como personalidades e a reflexão a partir disso, a visita ao Parque das Aves e os diversos exemplos de atividades interessantíssimas, a Ana trazendo um alinhamento sobre a ideia de projeto, o professor Hélio trazendo um panorama analítico das questões ambientais no mundo, nossos queridos tutores Priscila e Daniel.

Ressalto ainda o estudo e as discussões sobre os principais documentos relacionados a Educação Ambiental por meio das diferentes metodologias, além de nos fazer pensar a dificuldade de pôr em prática a teoria desses documentos.

A abordagem da diversidade de inteligências e nas múltiplas formas de expressão por meio de atividades acrescentou muito na minha forma de ver a prática pedagógica. Além disso, como também estou inserida num curso de graduação, fui instigada a olhar de forma crítica sobre minha dificuldade de aprender determinados assuntos, sobre as formas de avaliação aplicadas e acima de tudo, o peso de responsabilidade de aprender que é depositada no educando. Ter a experiência nessa especialização em Educação Ambiental e usar essa vivência como parâmetro para pensar na minha atuação e na postura dos professores da graduação, me faz refletir sobre a dificuldade que temos em lidar com nossos erros e acertos, optando sempre por colocar a “culpa” no outro e persistindo em aplicar aquilo que em algum momento deu certo.

Tive a oportunidade de vivenciar por meio da especialização e da graduação, paralelamente e a partir das mesmas reflexões, professores (super)autoritários e professores mediadores, professores que não se identificam com a Educação e professores que, apesar de tudo, amam o que fazem. Além disso, pude vivenciar a interferência e a diferença que cada tipo de postura faz no processo de ensino-aprendizagem.

Outros momentos marcantes do curso foram as aulas de campo. Para mim, que pouco conhecia a região do Paraná, acrescentou bastante na minha forma de olhar essa parte do território. Foi gratificante conhecer pessoas como os faxinalenses, seu Arruda e tantos outros que continuam lutando por seus ideais e objetivos ou se dispuseram a mudar sua forma de olhar o meio ambiente.

(Re)Descoberta: A Experiência Do Projeto

[Definição: Nova visão ou interpretação de algo que já se conhecia.]

(Dicionário Priberam da Língua Portuguesa)

Depois de aulas, experimento de metodologias, discussões, construções e desconstruções de conceitos, chega o momento de pensar em como aplicar o que se aprendeu, afinal de contas teoria sem prática não era nosso objetivo.

No módulo de projetos fomos estimulados a começar a pensar na temática, e como avisados desde o início, tínhamos que realizar o projeto em grupo.

A princípio, o tema de interesse sobre o Parque Nacional do Iguaçu (PNI) proporcionou minha aproximação com Cristina e Claudia. E se tratando dessa Unidade de Conservação, ninguém melhor que Mariele Mucciato, uma das professoras da especialização e atuante no setor de Educação Ambiental no Parque Nacional do Iguaçu, para nos ajudar a delinear nosso projeto.

Logo depois começou o desafio de definir exatamente o que iríamos fazer. As dificuldades de conciliar os horários, as propostas e os objetivos, fizeram parte da nossa primeira barreira a ser vencida. Ainda nesse processo, Karini também se interessou em compor o grupo.

Passados alguns meses, Cristina e Claudia decidiram por desistir do curso, por motivos pessoais, seguindo eu e a Karini. Esse primeiro momento já nos proporcionou muitos aprendizados no que diz respeito a trabalhar com objetivos coletivos.

Como na época eu estava colaborando nas atividades na Escola Parque/ PNI, minha expectativa era poder trabalhar com algum grupo escolar lindeiro ao PNI para aplicarmos a ênfase da especialização – Espaços Educadores Sustentáveis. A Karini somou com sua experiência pautada na juventude rural, nos levando a identificar a Escola do Campo Dom Pedro II como local potencial para desenvolvermos nosso projeto. Ânimo não faltou, e trabalho também.

Seguimos reunindo, planejando, escrevendo o projeto, mas nossa maior preocupação era conseguir compartilhar aquilo que estávamos aprendendo no curso e com isso, contribuir com a Escola.

De tudo que pensamos e colocamos em prática, nada é mais valioso do que a aprendizagem do processo. A descoberta de uma parceira e tanto (Karini Scarpari), de

uma orientadora amiga (Mariele Mucciatto), de outra orientadora que colaborou no final do processo e que fez muita diferença (Marcela Kropf), de pessoas valiosas (alunos de 6º e 7º ano; gestores da Escola do projeto).

Essa foi uma experiência que jamais vou esquecer e precisarei mais um tempo para refletir sobre tudo que vivi e aprendi no projeto "De Escola do campo a Espaço Educador Sustentável: A Educação Ambiental no processo de transformação de uma Escola do campo lindeira ao Parque Nacional do Iguaçu".

Considero que, melhor do que os "resultados desse projeto", é que de fato acredito no que escrevemos, pelo menos por enquanto. Afirmando isso depois desse curso me fez entender no processo contínuo de aprendizagem e que não se pode aplicar a mesma forma em todos os contextos.

Caminhando Adiante

*"Um horizonte, — a saudade
Do que não há de voltar;
Outro horizonte, — a esperança
Dos tempos que hão de chegar (...)"
(Machado de Assis – Os dois horizontes)*

Pensar hoje na minha formação como Educadora Ambiental reconhecendo que é um processo contínuo me faz perceber o quanto esse curso contribuiu.

Para trás fica a saudade e a lembrança dos colegas, professores, experiências, e à frente o desafio de continuar atuando segundo o que aprendi, além de prosseguir com as novas descobertas.

Não poderia deixar de mencionar o encontro anterior a última aula do curso e as lições sobre funcionamento do grupo, a importância da clareza nos relacionamentos e o quanto foi gratificante vivenciar o estreitamento de laços de relacionamento, algo que nunca presenciei em ambiente acadêmico.

As emoções e sentimentos desse momento final do curso são preciosos e indescritíveis.

Parabenizo aos professores e colegas que se dispuseram a tornar tudo isso que foi a Especialização em Educação Ambiental em realidade!

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problematização por meio de debates sobre as relações socioambientais é necessária diante do cenário da sociedade atual, levando em consideração aspectos como a equidade social e ambiental. Diante disso, surgem interesses múltiplos que interferem na gestão territorial. Por um lado, o interesse econômico impõe suas necessidades de utilização do espaço e dos recursos naturais, por outro lado, a conservação dos espaços naturais e culturais se faz necessária. Ambas as partes citadas são resultantes de um contexto social específico, influenciado por uma visão conservacionista ou produtivista em relação ao ambiente natural. É importante salientar que o diálogo entre os atores envolvidos num determinado território permite a construção de uma visão holística.

Dessa forma, a Educação Ambiental atua nesse contexto de crise socioambiental atual estimulando a revisão das práticas pedagógicas, principalmente no contexto escolar, por meio de debates e reflexões sobre problemáticas locais, contribui para a construção de um olhar crítico dos atores sociais sobre o território que atuam, incentivando a mobilização social. Com isso, espera-se que haja mudanças significativas nas relações socioambientais, descentralizando a gestão do espaço dos órgãos fiscalizadores.

Considerando a necessidade da conservação de ambientes que possuem ecossistemas com grande importância ecológica, ressalta-se a relevância do fortalecimento da relação socioambiental dos sujeitos que atuam nas regiões lindeiras a essas áreas, como no caso do Parque Nacional do Iguaçu/BR, citado neste trabalho.

O Plano Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC (GOVERNO FEDERAL, 40 2008) prevê a implementação de Espaços Educadores Sustentáveis em ambientes escolares e universitários com a adaptação da estrutura física, da gestão e da intencionalidade pedagógica.

Assim, a partir da abordagem deste trabalho, é possível concluir que há uma relação relevante entre a Educação Ambiental crítica e a gestão territorial, na medida que estimulam a transformação dos atores para uma nova racionalidade ambiental, complexa e integradora, que interfere positivamente nas relações socioambientais.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M.E.D.A. **Texto, contexto e significados: algumas questões na análise de dados qualitativos**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 45, p. 66-71, maio 1983.

CARVALHO, Isabel. C. M. **A invenção do sujeito ecológico: identidades e subjetividade na formação dos educadores ambientais**. In: Sato, M. & Carvalho, I. C. M. (orgs) Educação Ambiental; pesquisa e desafios. Porto Alegre, Artmed, 2005.

GOVERNO FEDERAL (2008). **Plano Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC – Brasil**. Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima.

GUIMARÃES, Mauro. **A formação dos educadores ambientais**. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

JABER, Lúcia, G. **Educando-se ao educar quem educará: a práxis na formação dos educadores ambientais**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Seropédica/Nova Iguaçu: 2014.

LAYRARGUES, Phillipe, P. **Muito além da natureza: educação ambiental e reprodução social**. IN Pensamento complexo, dialética e educação ambiental. (orgs.) LOUREIRO, C F B. LAYRARGUES, P P. CASTRO, R, S de. São Paulo: Cortez, 2011.

LEFF, E. **Pensamento sociológico, racionalidade ambiental e transformação no conhecimento**. In: LEFF, *Epistemologia ambiental*. Trad. Sandra Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2001.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Trajetórias e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

MACHADO, Júlia Teixeira; BATTAINI, Vivian. **Espaços educadores sustentáveis: a experiência da OCA**. In: FÓRUM AMBIENTAL DA ALTA PAULISTA, v 07., N. 06, 2011, São Paulo.

QUINTAS, José Silva. **Introdução à gestão ambiental pública**. 2ª ed. Brasília, Ibama, 2006. GOHN, Maria da Glória. **Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica**. 3 ed., Cortez; São Paulo, 2007.

ANEXOS

ANEXO A – QUESTIONÁRIO

Vamos começar pela sua casa.

1) O que existe na sua casa:

- | | | | |
|--|------------------------------------|-----------------------------------|------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Horta | <input type="checkbox"/> Árvores | <input type="checkbox"/> Grama | <input type="checkbox"/> Pedrinhas |
| <input type="checkbox"/> Vasos com plantas | <input type="checkbox"/> Rio | <input type="checkbox"/> Nascente | <input type="checkbox"/> Lago |
| <input type="checkbox"/> Animal de estimação | <input type="checkbox"/> Plantação | <input type="checkbox"/> Fossa | <input type="checkbox"/> Poço |
| <input type="checkbox"/> Caixa d' Água | <input type="checkbox"/> Esgoto | <input type="checkbox"/> Calçadas | |
| <input type="checkbox"/> Produção Anima | <input type="checkbox"/> Terra | | |

2) Como é feito o descarte do lixo produzido na sua casa?

- Coleta Seletiva Queimada Compostagem Não sei

Sobre a sua escola.

3) O que existe na sua escola:

- | | | | | |
|-----------------------------------|----------------------------------|---|------------------------------------|--------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Horta | <input type="checkbox"/> Árvores | <input type="checkbox"/> Grama | <input type="checkbox"/> Pedrinhas | <input type="checkbox"/> Terra |
| <input type="checkbox"/> Calçadas | <input type="checkbox"/> Pátio | <input type="checkbox"/> Lixeiras para separar o lixo | | |

3) Você ajuda a cuidar do ambiente escolar?

- Sim Não
Como? _____

Sobre o Parque Nacional do Iguaçu.

4) Você conhece o Parque Nacional do Iguaçu?

- Sim Sim, eu moro perto dele.
 Não Não, eu gostaria de conhecer.

5) Qual desses animais que vivem no Parque Nacional do Iguaçu você conhece?

- Onça pintada Quati Anta Tatu Gato do Mato

6) Qual deles você já viu pessoalmente e onde?
